

A RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO
– O CASO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2010

*Religion and Politics in Contemporary Brazil – the Case of Presidential
Elections in 2010*

Renata SIUDA-AMBROZIAK¹

Data de recepção: septiembre del 2014

Data de aceitação e versão final: noviembre del 2014

RESUMO: As relações entre a religião e a política não são e nunca foram no contexto brasileiro uma situação nova ou surpreendente. Mas, o que se pretende mostrar no artigo, essas relações estão se tornando cada vez mais fortes desde o aparecimento na esfera pública das igrejas neopentecostais engajadas diretamente na política interna do país. Baseando-se na análise dos acontecimentos da campanha eleitoral do ano de 2010, a autora mostra como a religião no Brasil tornou-se uma “questão quente” nas disputas dos presidenciáveis pelo poder.

PALAVRAS CHAVES: religião, política, Brasil, eleições presidenciais.

ABSTRACT: The relations between religion and politics are neither new nor surprising in the Brazilian context. However, what the author shows in the article, they have been becoming stronger and more and more visible since the time when new Pentecostal churches, involved directly in the domestic politics, appeared in the public sphere of Brazil. Basing on the analysis of the presidential campaign in 2010, the author shows how religion in Brazil became a “hot issue” in the candidates’ dispute for power.

KEYWORDS: religion, politics, Brazil, presidential elections.

¹ Renata SIUDA-AMBROZIAK – Doutora em filosofia social, professora e pesquisadora do Centro de Estudos Latino-Americanos (CESLA) da Universidade de Varsóvia.

INTRODUÇÃO

A juxtaposição da religião e política não é um fenômeno novo em nenhuma parte do mundo, incluindo o Brasil, onde a ausência da neutralidade política das instituições religiosas tem já a sua longa história (remontando ainda aos tempos coloniais do sistema do padroado) e, junto com a fraca secularização da sociedade brasileira (comparando com as sociedades ocidentais), sempre tem resultado em influências significativas da religião no espaço público². Assim o Brasil, apesar de se tornar formalmente um estado laico em 1891, passa ainda pelos episódios das relações muito fortes entre a religião institucionalizada e o Estado. Na história recente o fenômeno tem sido particularmente visível a partir da década de 1990, marcada pelo crescimento rápido dos números dos evangélicos no Brasil e a transformação intensa do campo político provocada pelo aumento da popularidade das novas igrejas, investimentos delas na mídia moderna e a interpretação da participação ativa na vida social e política do país como um dos deveres dos seus fiéis. Com isso, a visibilidade dos atores religiosos também está se tornando cada vez mais ostensiva – as lideranças religiosas, especialmente ligadas às igrejas pentecostais e neopentecostais (o caso da IURD – Igreja Universal do Reino de Deus) não somente indicam diretamente candidaturas dos seus membros para as eleições, mas também participam de uma maneira muito ativa nas campanhas eleitorais e nas alianças políticas, contribuindo para os

² Veja, por exemplo: M. Camurça, “Entre sincretismos e “guerras santas”: Uma tentativa de tipologia das relações travadas no cenário religioso brasileiro”, em: *Grande Sinal*, Ano 53, setembro/outubro, Brasil 1999; J. Casanova, *Public Religions in the Modern World*, Chicago 1994; R. C. Fernandes, *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*, Rio de Janeiro 1998; R. Siuda-Ambroziak, “Los cambios religiosos en el Brasil según las teorías de la secularización”, em: *Latinidade. Revista do Núcleo de Estudos das Américas*. Edição Especial, UERJ, Rio de Janeiro 2012; R. Siuda-Ambroziak, “Estratégias implementadas pela IURD para o fortalecimento das suas influências socio-políticas no Brasil” em *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá (PR), Vol. V, No. 15, Edição Especial, jan/2013, Brasil 2013; R. Siuda-Ambroziak, “La religión pública – transformaciones del catolicismo brasileño durante la dictadura militar (1964-1985)”, em: F. Fischer, D. Lilón, M. Deák (eds.), *Iberoamericana Quinceclesiensis. A 40 años del golpe de estado en Chile. América Latina y Europa Central y Oriental durante la Guerra Fría*, Centro Iberoamericano de la Universidad de Pécs, No. 12, Pécs 2014.

resultados das eleições e os números crescentes dos deputados – membros das igrejas evangélicas³.

Neste artigo pretendo demonstrar, baseando-me nas observações próprias e no uso da imprensa brasileira de circulação nacional (nos respectivos *sites*) como, nas eleições presidenciais do ano de 2010, ficou clara a força organizativa e o poder de barganha das igrejas brasileiras, especialmente (neo)-pentecostais, que, possuindo recursos financeiros e empreendimentos midiáticos de destaque, forjam uma nova cultura política do país, influenciando e orientando cada vez mais as opiniões políticas dos seus fiéis para que reivindicarem um maior lugar público e ampliem o impacto das suas denominações na sociedade⁴.

Na minha opinião, no caso das eleições presidenciais de 2010, foi, entre muitas outras disputas religiosas, principalmente a questão do aborto, surgida durante a campanha eleitoral, que provocou o debate muito intenso e dividiu a opinião pública, chamando os então presidenciáveis – Marina Silva (PV – Partido Verde), José Serra (PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira) e Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT) para se pronunciarem claramente sobre o assunto. Por isso vou me limitar a discussão sobre essa questão e as suas repercussões nas penúltimas eleições, providenciando deste modo o esboço da problemática de interface entre religião e política no Brasil atual no contexto das mudanças no mercado religioso brasileiro.

O FENÔMENO (NEO)PENTECOSTAL E A POLÍTICA

No Brasil, a discussão acadêmica em torno da laicidade do Estado e da secularização da sociedade brasileira fez-se mais presente desde os anos 90 do século XX por causa da, já mencionada, expansão dos evangélicos nas

³ R. Mariano, *Neopentecostais. Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*, Edições Loyola, São Paulo 1999.

⁴ P. Freston, “Brother Votes for Brother: the New Politics of Protestantism in Brazil”, em: V. Garrard-Burnett, D. Stoll (eds.), *Rethinking Protestantism in Latin America*, Temple University Press, Philadelphia 1993.

estatísticas e na política nacional⁵. Os dados dos censos nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relacionados com pesquisas quantitativas sobre a problemática da religião no Brasil, confirmam as tendências, que se têm manifestado já desde os censos realizados a partir dos anos 70 – a queda sistemática da afiliação católica entre os brasileiros (1970 – 91,8%; 1980 – 89%; 1991 – 83%; 2000 – 73,6%; 2010 – 64,6%)⁶, bem como o crescimento das igrejas evangélicas pentecostais⁷ (1970 – 5,2%; 1980 – 6,6%; 1991 – 9%; 2000 – 15,4%; 2010 – 22,2%), o que significa de fato aumento de 26,2 milhões para 42,3 milhões só na última década⁸.

Muito se fala também recentemente da presença dos evangélicos (e dos católicos carismáticos) no espaço público brasileiro através da mídia radiofônica e televisiva, especialmente das redes nacionais religiosas das igrejas, que dão acesso a completamente novas formas de experimentar a fé e, ao mesmo tempo, de promover os candidatos das igrejas durante o tempo das eleições. As igrejas evangélicas começaram a atuar seriamente no campo político no final do século XX, passando à prática de exercer uma pressão

⁵ R. C. Fernandes, *Novo nascimento...*, op. cit.; P. Freston, “Brother Votes...”, op. cit.; R. Mariano, *Neopentecostais...*, op. cit.

⁶ Com base nessas informações pode-se constatar que continua no Brasil a mencionada tendência à diminuição percentual da presença dos católicos no panorama religioso (de 73,6% em 2000 para 64,6% em 2010, embora a queda percentual não se transponha à queda efetiva do próprio número dos adeptos (de 125 milhões para 123 milhões), o que se relaciona com o crescimento da população brasileira. As regiões mais católicas do Brasil continuam sendo: o Nordeste (embora ali seja necessário chamar a atenção para a expansão cada vez mais forte dos pentecostais em seu ambiente urbano – p. ex. em Salvador da Bahia) e o Sul, que, no entanto, de acordo com os dados mais recentes, está se tornando também cada vez mais diversificado quanto ao aspecto religioso, com uma popularidade surpreendentemente elevada da umbanda e dos cultos espíritas – o número dos seus adeptos é atualmente o maior no estado do Rio Grande do Sul (aliás muito “europeu” no que diz respeito à origem étnica da maioria da população, até agora na sua maioria, tradicionalmente católica ou protestante).

⁷ Vale a pena observar que o movimento pentecostal (pentecostalismo) na América Latina já é tratado por muitos pesquisadores como um ramo independente do cristianismo, não tendo no momento atual muita coisa em comum com o tradicional protestantismo – o protestantismo de missão, do qual se origina. Entretanto no Censo Geral o pentecostalismo brasileiro permanece formalmente incluído no grupo das religiões protestantes, constituindo aliás no Brasil o seu mais importante e mais numeroso componente.

⁸ No que diz respeito, por sua vez, à própria crescente popularidade dos pentecostais, importa observar que, com a condição de ser preservado o crescimento do número de fiéis no nível atual, o censo seguinte – de 2020 – poderá já apresentar nos dados publicados pelo menos um terço da população brasileira com afiliação de raízes protestantes, sobretudo a pentecostal.

direta sobre os deputados e políticos e realizar parcerias e frentes no Parlamento brasileiro⁹. A partir da década de 1990 aumentou também no Brasil o número dos políticos declaradamente religiosos, aumentando assim a relação direta entre a identidade religiosa e os votos nas eleições¹⁰. Com isso cresceu ainda a presença dos evangélicos na política nacional e a tendência tem permanecido estável – na legislatura formada em 2010, 70 deputados federais e 3 senadores compunham a Frente Parlamentar Evangélica, enquanto na legislatura anterior foram inicialmente 30 deputados, depois somando 51. Vale a pena mencionar que algumas igrejas (neo)pentecostais criaram até os seus próprios partidos políticos: o Partido Ecológico Nacional da Assembléia de Deus foi fundado em 2012 e o Partido Republicano Brasileiro da IURD – já em 2005.

Desde então, segundo a opinião de alguns pesquisadores, o Brasil vive numa situação de falta de neutralidade entre o estado e as instituições religiosas e até de uma relação muito explícita entre a política e a religião, “promovida” ainda pela divulgação do argumento da necessidade do compromisso forte dos cristãos com a cidadania, que justifica essa imbricação¹¹. De fato, as igrejas no Brasil parecem ser, em regra, muito interessadas na sua participação ativa na política e ao mesmo tempo elásticas na adaptação da sua oferta às necessidades do mercado religioso através de mudanças doutrinárias e introdução de novos rituais. O caso especial são as igrejas neopentecostais que redefiniram socialmente o que era antes ser evangélico, rompendo com “o afastamento do mundo” ou ascetismo intramundano, auto-exclusão da vida pública, e um padrão moral de conduta rigoroso, que vêm se atualizando e moldando segundo as necessidades. Alguns pesquisadores até observam as tendências da “neopentecostalização” do mercado religioso bra-

⁹ Vale a pena mencionar que a Igreja católica no Brasil possui também as suas frentes parlamentares: a Frente Parlamentar em Defesa da Família; a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e contra o Aborto; a Pastoral Parlamentar Católica.

¹⁰ M. das Dores. C. Machado, *Política e religião: participação dos evangélicos nas eleições*, Rio de Janeiro 2006.

¹¹ Veja: “Filósofo declara que a política precisa se abrir à religião; Pr. Silas comenta”, *Verdade Gospel.com*, 16.07.2012, <http://www.verdadegospel.com/filosofo-de-harvard-declara-que-a-politica-precisa-se-abrir-a-religiao-pr-silas-comenta> (data de acesso: 03.08.2014).

sileiro com as denominações históricas sofrendo mudanças para não perder os seus fiéis¹².

As novas igrejas (neo)pentecostais relaxaram assim costumes e comportamentos tradicionalmente pentecostais, utilizando novas formas de animar os cultos com a música popular, coreografias, expressividade emocional e meios de comunicação de massa, enfatizando rituais de cura e exorcismo, buscando a participação ativa na vida política, funcionando como as “igrejas de pronto socorro” para o enfrentamento de problemas emocionais, materiais e espirituais em caráter de emergência. Por entre todas as igrejas neopentecostais, é a IURD que se consagrou como a mais identificada com a Teologia de Prosperidade, acentuando o estímulo ao desenvolvimento do empreendedorismo entre os seus fiéis e entre os frequentadores de suas campanhas¹³. A sua força, as suas influências políticas (assim como as diferenças, ou até conflitos, entre pentecostalismo tradicional e neopentecostalismo no Brasil) tornaram-se especialmente visíveis durante a primeira campanha eleitoral vencida por Dilma Rousseff (2010), quando, uma vez iniciada a polêmica em torno da religião e da questão do aborto, os candidatos foram forçados a assumir frente dela uma posição concreta. E fazer assim da religião a questão quase que puramente política.

A QUESTÃO DO ABORTO NA CAMPANHA ELEITORAL DE 2010

Falando das controvérsias em torno da religião e do aborto nas eleições presidenciais de 2010, podemos observar claramente que a questão religiosa tornou-se uma forte arma de articulação dos representantes das instituições religiosas no campo da política, a partir da qual, ao reconhecerem-se uns aos outros como adversários, começaram a disputar espaços de sua influência na esfera pública e com isso – lutar por ainda mais possibilidades de intervenção direta e impacto na política interna brasileira. Nesse sentido,

¹² C. Mafra, *Os evangélicos*, Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro 2001; R. Mariano, *Neopentecostais...*, op. cit.

¹³ R. Almeida, *A Igreja Universal e os seus demônios*, Ed. Terceiro Nome, São Paulo 2009.

é muito interessante pensar sobre as dinâmicas e mudanças importantes das relações atuais entre religião e política no Brasil e analisar o dito “caso eleitoral”.

Para fazer isso, apresentemos brevemente os protagonistas da última campanha eleitoral, esboçando momentos mais dramáticos e mais importantes da sua luta para o cargo da presidência da República.

Marina Silva, candidata pelo Partido Verde, construiu a sua carreira política a partir da valorização dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável, com a sua vocação social e política despertada pela aproximação com a Teologia da Libertação e do líder seringueiro Chico Mendes. Depois Marina Silva elegeu-se vereadora, deputada estadual e duas vezes senadora da República, sendo também ministra do Meio Ambiente do governo Lula. Embora o segmento radical da Igreja católica tenha sido sem dúvida o seu espaço da formação política, Marina converteu-se depois (já na década de 1990) ao pentecostalismo, afluindo-se à Assembléias de Deus, e – recebeu inicialmente apoio na campanha eleitoral de quase todas as lideranças pentecostais. Depois, nas últimas semanas do primeiro turno, aconteceu o deslocamento dramático do apoio de Assembléias de Deus, quando o pastor Silas Malafaia, na sua carta pública “Não voto mais em Marina e digo por quê”, explicou que não estava de acordo com o, proposto pela candidata, plebiscito a respeito de possíveis alterações na legislação sobre o aborto. A perspectiva adotada pela Marina produziu também reações negativas entre os que defendiam a descriminalização do aborto e que não achavam a questão passível de debate público na forma de uma consulta popular. Como consequência, entre outras, disso, a candidatura da Marina perdeu, não passando já pelo primeiro turno.

Por sua vez, José Serra, concorrendo às eleições de 2010, já foi presidente da União Nacional dos Estudantes, deputado federal, senador, governador do estado de São Paulo, prefeito da cidade de São Paulo e ministro do Planejamento e da Saúde no governo FHC responsável pela introdução das normas técnicas a respeito do atendimento dos casos de aborto estabelecidos pela lei. No entanto ele foi apresentado publicamente pelo pastor Silas Malafaia como o candidato decididamente contrário ao aborto, o que justificava

a mudança do apoio em favor dele pelas Assembléias de Deus e algumas outras denominações pentecostais.

Entretanto, a campanha eleitoral de Dilma Rousseff não obteve o mesmo sucesso com os pentecostais tradicionais – a sua carreira política da esquerda (PT) era utilizada frequentemente pelos adversários políticos para descrevê-la como demasiado liberal frente à questão do aborto. Assim os bispos católicos, como a maioria dos pastores pentecostais lembravam das entrevistas anteriores da candidata onde ela se colocava favorável à descriminalização do aborto. Mas, apesar disso, a candidatura de Dilma foi apoiada desde o início pelos neopentecostais, principalmente a IURD, assim como pelas igrejas: Batista e Metodista.

Apesar da presença notável no primeiro turno da campanha eleitoral da Marina Silva, a eleição de 2010 ficou na verdade desde cedo polarizada entre as duas muito mais fortes candidaturas à presidência: Dilma Rousseff do PT e José Serra do PSDB, que enfrentaram-se de uma maneira surpreendentemente forte, espalhando “boatos” e “revelações” que deveriam favorecer um e enfraquecer substancialmente o outro. Com certeza, a controvérsia em torno da religião e do aborto foi uma das alavancas desses conflitos e problemas. Por isso, vale a pena destacar alguns momentos e eventos da campanha eleitoral e através deles mostrar como se articulou a questão religiosa nas disputas políticas eleitorais.

OS VAIVÉNS E REVIRAVOLTAS DA CAMPANHA ELEITORAL

Já em julho de 2010 apareceu o primeiro sinal do possível problema (apesar da afiliação oficial da candidata) com o apoio da Igreja católica à Dilma Rousseff, quando foi publicada a carta do bispo de Guarulhos (SP), Dom Luiz Gonzaga Bergonzini, que aconselhava abertamente para não votar na candidatura do PT. Algum tempo depois, a *Folha de São Paulo* descrevia a reação de Dilma Rousseff a esse documento, onde ela se apresentava como

decididamente contrária ao aborto e onde algumas lideranças evangélicas confirmavam o seu apoio para ela nas eleições presidenciais¹⁴.

Durante as semanas seguintes, as tensões e disputas entre os dois candidatos (Dilma Rousseff e José Serra) permaneceram radicalmente animadas (e, em alguns casos, até graves) em termos de respostas, contra-respostas e acusações mútuas, com as mídias fornecendo ao público, comentando, analisando e interpretando todas essas notícias. Em agosto as emissoras de televisão católicas (TV Canção Nova e TV Aparecida) de São Paulo, decidiram realizar um debate com os candidatos à presidência, mas, apesar de convidada, Dilma Rousseff não apareceu, dando espaço e ainda mais “lenha” para críticas por parte dos seus adversários políticos. Entretanto, no dia seguinte, ela lançou, como uma resposta ao manifesto do bispo Bergonzini, a “Carta aberta ao Povo de Deus”, na qual ela usou a linguagem puramente religiosa dirigindo-se aos seus eleitores como “irmãos e irmãs”. Como resposta, a Regional Sul da CNBB apoiou a distribuição de cartilha para orientar os católicos com relação ao voto contra Dilma, repetindo nela todas as acusações anteriores do bispo Bergonzini. Esse documento, por sua vez, despertou uma resposta dos setores feministas na própria Igreja católica “Católicas pelo Direito de Decidir” que, em setembro, lançaram uma nota com a severa crítica dos documentos espalhados pelos bispos contra a candidata Dilma Rousseff.

No mesmo período da campanha apareceu um vídeo com a pregação durante um culto de um pastor pentecostal postado no YouTube, comentado pelas mídias, também muito crítico da candidatura da Dilma: “Líderes cristãos evangélicos e católicos estão trabalhando para evitar a eleição de parlamentares comprometidos com a aprovação das leis que legalizem o aborto (...). Entre eles estariam especialmente os representantes do PT”¹⁵. Com isso fi-

¹⁴ “Dilma nega defender aborto e diz que opinião do bispo não é uma posição da CNBB”, *Folha de São Paulo*, 22.07.2010, <http://www1.folha.uol.com.br/poder/770779-dilma-nega-defender-aborto-e-diz-que-opinio-de-bispo-nao-e-uma-posicao-da-cnbb.shtml> (data de acesso: 13.08.2014).

¹⁵ “Caiu na rede – Pastor prega voto contra o PT e vira fenômeno no Youtube”, *O Globo*, 22.09.2010, <http://oglobo.globo.com/pais/moreno/diarioreporter/posts/2010/09/22/caiu-na-rede-pastor-prega-voto-contra-pt-vira-fenomeno-no-youtube-326549.asp>. (data de acesso: 14.08.2014).

cou ainda mais claro o fato de que muitas interpretações políticas durante a campanha presidencial eram feitas principalmente pela chave da influência de valores religiosos, especificamente em relação a posição dos dois presidenciais sobre o aborto.

Foi provavelmente por isso que no final de setembro de 2010, três dias antes do pleito, Dilma Rousseff reuniu-se com 24 líderes religiosos católicos e pentecostais para “desmentir os boatos que ela teria dito que nem Jesus Cristo tira dela a eleição”¹⁶, o que mostrou ainda mais o recrudescimento do religioso em sua campanha presidencial. Durante o encontro, a candidata, acompanhada pelos líderes religiosos, disse que ela “jamais usaria o nome de Cristo em vão” fazendo com isso clara referência a mandamentos bíblicos e acrescentou ainda que ela se comprometeu que, em caso de ganhar as eleições, ela “ouvirá sistematicamente os grupos religiosos”, vistos como parceria estratégica na eradicação da pobreza e combate ao crime e drogas, confirmando ao mesmo tempo que ela sempre era pessoalmente contrária ao aborto. Entretanto, o bispo Edir Macedo, fundador da IURD, publicou em seu blog uma mensagem defendendo Dilma “das mentiras espalhadas pela internet”¹⁷, desta vez nem se referindo à questão do aborto, o que mostrou uma postura muito liberal adotada pela IURD e pelo seu líder. No auge das tensões da reta final da campanha eleitoral, poucos dias antes do pleito, a candidata Dilma Rousseff ainda viajou, acompanhada pelo fotógrafo oficial, a Porto Alegre para o batizado do seu neto, mostrando e comentando publicamente o seu pertencimento religioso e a sua trajetória católica: “O batismo é um sinal. Eu fui batizada, fui crismada, eu acho que meu neto tinha que ser batizado”¹⁸. A cerimônia obviamente coincidia com os ataques dos religiosos católicos frente ao assunto do aborto e atenuava um pouco as tensões em volta da candidata.

¹⁶ “Dilma faz reunião com evangélicos e católicos para desmentir boatos”, *Folha de São Paulo*, 29.09.2010, <http://www1.folha.uol.com.br/poder/806590-dilma-faz-reuniao-com-evangelicos-e-catolicos-para-desmentir-boatos.shtml> (data de acesso: 16.08.2014).

¹⁷ “Dilma é a vítima de mentiras espalhadas pela internet”, Bispo Edir Macedo Blog, 28.09.2010, <http://www.bispomacedo.com.br/2010/09/28/dilma-e-vitima-de-mentiras-espalhadas-pela-internet/> (data de acesso: 16.08.2014).

¹⁸ “Após críticas dos religiosos Dilma batiza o neto no RS”, *Folha de São Paulo*, 02.10.2010, <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0210201031.htm> (data de acesso: 18.08.2014).

O resultado do primeiro turno confirmou para a grande maioria dos analistas e políticos envolvidos no processo eleitoral que os temas de cunho religioso (principalmente ligados à questão do aborto) haviam sido fundamentais na escolha dos candidatos. Por isso, nos dias seguintes apareceram de novo os títulos, os programas, as discussões e opiniões que se preocupavam em mostrar, interpretar ou tirar as dúvidas sobre o posicionamento dos candidatos frente ao aborto e outras questões religiosas. De fato, toda a semana eleitoral foi marcada pela centralidade desse tema. No meio disso, houve mais um ataque dos representantes do PT contra a candidatura de Serra pela introdução por ele, como Ministro da Saúde no governo FHC, da “pílula do dia seguinte” – um método contraceptivo criticado abertamente e fortemente pela Igreja católica. Ao mesmo tempo, ambos os candidatos reuniam-se quase todos os dias com vários líderes religiosos na busca dos votos dos fiéis, apareceram nos programas eleitorais da campanha sublinhando os valores cristãos e o seu respeito à vida, deixaram-se filmar nos templos, durante as missas na basílica da Aparecida, nos encontros das igrejas pentecostais e neopentecostais, etc.

Apareceu também nesse período final da campanha eleitoral a “Mensagem da Dilma”, sendo uma carta aberta da candidata dirigida a todos os eleitores, onde ela confirmou a sua adesão aos valores religiosos conservadores:

1. Defendo a convivência entre as diferentes religiões e a liberdade religiosa (...);
2. Sou pessoalmente contra o aborto e defendo a manutenção da legislação atual sobre o assunto;
3. Eleita presidente da República, não tomarei a iniciativa de propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas concernentes à família e à livre expressão de qualquer religião do país (...)¹⁹.

A reação das igrejas pentecostais foi muito favorável – comício político do apoio à candidata do PT, mostrado e comentado por todas as emissoras, começou com a reza coletiva de um Pai-Nosso, seguida pelos cantos religiosos.

¹⁹ “Dilma divulga carta para «pôr um fim definitivo à campanha de calúnias»”, *Globo – G1, Eleições 2010*, <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-divulga-carta-para-por-um-fim-definitivo-campanha-de-calunias.html> (data de acesso: 15.08.2014).

Foi nesse período da campanha que ocorreram também, pela primeira vez, os ataques dos neopentecostais, principalmente da IURD, contra o pastor Silas Malafaia de Assembléias de Deus, evidentemente pro-Serra. Se a disputa já se fazia presente e as vezes esquentava durante a campanha antes do primeiro turno ao ambos os líderes religiosos apoiarem candidaturas diferentes, aqui ela já se materializou em trocas públicas de acusações mútuas muito graves²⁰. Ao mesmo tempo esquentou também a discussão no seio da mesma Igreja católica, onde ficaram claros diferentes posicionamentos no seu interior e a divisão no apoio aos dois candidatos, especialmente depois do pronunciamento do papa, Bento XVI, que defendeu o direito dos bispos brasileiros se posicionarem durante as eleições procurando assegurar que os preceitos da Igreja católica fossem reconhecidos e respeitados:

seria totalmente falsa e ilusória qualquer defesa dos direitos humanos políticos, econômicos e sociais que não compreendesse a enérgica defesa do direito à vida desde a concepção até a morte natural. (...) Quando os projetos políticos contemplam, aberta ou veladamente, a descriminalização do aborto ou da eutanásia, o ideal democrático – que só é verdadeiramente tal quando reconhece e tutela a dignidade de toda a pessoa humana – é atraído nas suas bases²¹.

Finalmente, já no dia do pleito, teve lugar o último movimento na interface entre religião e política performado desta vez pela IURD. Em artigo publicado na contracapa da “Folha Universal” (30 outubro 2010), o senador Marcelo Crivella, deu as suas “sete razões para votar em Dilma”, dedicando o maior espaço às questões sociais e políticas sustentadas a partir de uma avaliação da gestão do presidente Lula. Apuradas as urnas, Dilma Rouseff obteve uma notável vitória sobre José Serra (56,05% contra 43,95% dos votos).

²⁰ “Pastor Silas Malafaia responde Edir Macedo Parte 2/2”, 19.10.2010, http://www.youtube.com/watch?v=HgQNB7p3MK8&feature=player_embedded (data de acesso: 18.08.2014).

²¹ “Papa condena o aborto e pede para bispos brasileiros orientarem politicamente os fieis”, *Folha de São Paulo*, 28.10.2010, <http://www1.folha.uol.com.br/poder/821609-papa-condena-aborto-e-pede-para-bispos-brasileiros-orientem-politicamente-fieis.shtml> (data de acesso: 18.08.2014).

CONCLUSÕES

A reconstituição das ações, reações, opiniões e problemas em torno da temática do aborto durante o período eleitoral no Brasil em 2010 revela definitivamente o papel importante da religião na política interna brasileira e a crescente participação dos líderes religiosos na esfera pública do país. Tornou-se também claro que o pertencimento ou o apoio por parte das igrejas (neo)pentecostais pode contribuir decisivamente para o êxito de um candidato e que as lideranças evangélicas possuem condições importantes para serem engajadas fortemente na política do país: têm grande poder de convencimento frente aos seus fiéis, podem sustentar campanhas eleitorais nas suas igrejas e pelas mídias possuídas em todo o Brasil, as tendências evangélicas estão ainda crescendo no Brasil, chegando aonde não chega nem o estado, nem os ONGs e mudando assim diretamente a cultura política nas casas dos milhões de brasileiros.

Parece que no Brasil contemporâneo, atores religiosos já sabem como pressionar efetivamente para que os candidatos se posicionassem frente aos assuntos morais religiosos, ligados aos valores e normas cristãs, atuando também para o contínuo avanço da esfera religiosa na campo político do país. Os candidatos à presidência em 2010 tiveram que demonstrar claramente as suas identidades religiosas, participar de celebrações de igrejas diferentes para ganhar o seu apoio, produzir falas e cartas direcionadas ao público religioso, assim como incorporar na sua campanha a linguagem característica dos determinados setores do mercado religioso, predominantemente (neo)pentecostais e católicos, com medo de uma possível reação negativa dos líderes religiosos caso não o tivessem feito. Ao serem reconhecidos como forças políticas inegáveis e indispensáveis na disputa eleitoral, as personagens religiosas ampliaram o seu poder de negociação, o que se ve claramente pelo exemplo da IURD, que muitas vezes assume durante as eleições as posições que divergem dos demais segmentos evangélicos (ou religiosos em geral). Para recordar – enquanto normalmente os pentecostais (por exemplo a Assembléia de Deus com o pastor Silas Malafaia – a celebridade do televangelismo brasileiro) mantinham, de forma geral, uma ação mais

tímida²², sendo a sua presença na Frente Evangélica Parlamentar apesar de mais numerosa, menos audível, durante a polêmica campanha eleitoral esta igreja também posicionou-se fortemente – contra o aborto e contra a candidatura do PT; ao mesmo tempo a IURD apoiou abertamente o liberalismo nessa medida de Dilma Rousseff, a quem a Igreja católica, por sua vez, negou o apoio em razão das posições pró-aborto por ela proclamadas ainda antes da campanha eleitoral. A IURD, seguindo as decisões do seu líder e fundador, Edir Macedo, posicionou-se desde o início positivamente à candidatura de Dilma Rousseff à Presidência da República, defendendo-a também num momento em que ela sofria pressão muito forte por parte de lideranças de outras denominações evangélicas e dos bispos católicos. Depois da vitória, isso obviamente consolidou ainda mais as influências políticas desta Igreja, assim como confirmou mais uma vez a visível interdependência e juxtaposição da religião e política no Brasil contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Ronaldo (2009), *A Igreja Universal e os seus demônios*, Editora Terceiro Nome, São Paulo.
- Antoniazzi, Antonio (2002), “As religiões no Brasil segundo o Censo 2000”, em: *Magis: Cadernos de Fé e Cultura (Especial)*, No. 1, agosto 2002, pp. 83-109.
- Burity, Joanildo (1997), *Identidade política no campo religioso*, Editora da UFPE, Recife.
- Camurça, Marcelo (1999), “Entre sincretismos e «guerras santas»: Uma tentativa de tipologia das relações travadas no cenário religioso brasileiro”, em: *Grande Sinal*, Ano 53, setembro/outubro, pp. 533-552.
- Casanova, José (1994), *Public Religions in the Modern World*, The University of Chicago Press, Chicago.
- Fernandes, Rubem César (1998), *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*, Mauad, Rio de Janeiro.

²² Veja: R. Almeida, *A Igreja Universal...*, op. cit.

- Freston, Paul, (1993), "Brother Votes for Brother: the New Politics of Protestantism in Brazil", em: V. Garrard-Burnett, D. Stoll (eds.), *Rethinking Protestantism in Latin America*, Temple University Press, Philadelphia, pp. 45-63.
- IBGE (2010), *Censo Demográfico 2010*, www.ibge.gov.br.
- Machado, Maria das Dores Campos (2006), *Política e religião: participação dos evangélicos nas eleições*, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro.
- Mafra, Clara (2001), *Os evangélicos*, Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- Mariano, Ricardo (1999), *Neopentecostais. Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*, Edições Loyola, São Paulo.
- Siuda-Ambroziak, Renata (2012), "Los cambios religiosos en el Brasil según las teorías de la secularización", em: *Latinidade. Revista do Núcleo de Estudos das Américas*. Edição Especial, UERJ, Rio de Janeiro, pp. 203-224.
- Siuda-Ambroziak, Renata (2013), "Estratégias implementadas pela IURD para o fortalecimento das suas influências socio-políticas no Brasil", em: *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá (PR), Vol. V, No. 15, Edição Especial, jan/2013, pp. 239-253.
- Siuda-Ambroziak, Renata (2014), "La religión pública – transformaciones del catolicismo brasileño durante la dictadura militar (1964-1985)", em: F. Fischer, D. Lilón, M. Deák (eds.), *Iberoamericana Quinquagesiensis. A 40 años del golpe de estado en Chile. América Latina y Europa Central y Oriental durante la Guerra Fría*, Centro Iberoamericano de la Universidad de Pécs, No. 12, pp. 153-170.

